

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO,
REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE
2013**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012;

II- ORDEM DO DIA

2.1-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2- ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO;

2.3- ANMP= PROPOSTA DE LEI 122/XII- REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS= RESOLUÇÃO DO CONSELHO GERAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES=PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE REJEIÇÃO INEQUIVOCA DA PROPOSTA DE LEI DAS FINANÇAS LOCAIS =APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

2.4-PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO- 6º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO- 31 DE DEZEMBRO DE 2012.= APRECIAÇÃO

III- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, Pedro Miguel Soares Veloso, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Abel Simões, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Hélder Luís Santos Pereira, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital

Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência dos Srs. Deputados Márcia Sofia Gonçalves Marques, Rui José de Sousa Branquinho Ramos e Hélder Morais dos Santos Dias. Aos Srs. Deputados Márcia Sofia Gonçalves Marques e Rui José de Sousa Branquinho Ramos foi justificada a falta uma vez que apresentaram o pedido que foi aceite e ao Sr. Deputado Hélder Morais dos Santos Dias por não ter apresentado qualquer pedido de justificação foi-lhe considerada falta injustificada.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por maioria com 25 votos a favor (14 do PPD/PSD e 11 do PS) e duas abstenções (uma do PPD/PSD – Sr. Deputado Pedro Miguel Soares Veloso e uma do PS – Sra. Deputada Edite da Conceição Alves da Cruz).

Ô Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados José Augusto Sousa, Inês Matos, Edite Cruz e Fernando Abel.

Dada a palavra ao Sr. Deputado José Augusto Sousa este começou por dizer que lhes tinha constado que para além do conhecido processo fiscal que foi instaurado à Combanima relativamente ao IVA devido a transferências da Câmara Municipal que foi contestado por esta e onde foram dados como hipoteca dois imóveis, neste caso o Mercado e o Quartel da GNR, foi agora instaurado outro processo que onerou novamente a Combanima relativamente a IVA de 2009. Pensando que a Câmara tenha contestado este novo processo, gostariam de saber quais os novos bens que foram dados como hipoteca para que a contestação pudesse ser contestada.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que confirmou este novo processo de que já estavam à espera uma vez que, cientes que tinham razão neste processo continuaram a fazer o que faziam antes, o que aliás fazia sentido pois se deixassem de o fazer era assumirem o erro no processo. Houve mais uma fiscalização em sede de IVA que quer obrigar ao pagamento de outra quantia. Para contestarem fizeram o que é hábito e o imóvel que foi dado como garante foi um loteamento junto às piscinas.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que começou por referir o ano de seca que foi 2012 focando as dificuldades que daí resultaram. Referiu o caso da ribeira que ficou sem água e suja apesar dos esforços feitos para minimizar a situação que piorou devido a duas descargas poluentes ocorridas em julho e agosto e que provocaram a morte de peixes, mau cheiro e mau aspeto. O Município reagiu apresentando queixa das duas ocorrências, daí foram feitas de seguida diligências quer por pessoal do Município, quer da GNR percebendo-se que a contaminação da linha de água se deveu a uma suposta avaria do separador de gorduras do sistema de tratamento de efluentes do Pingo Doce. Referia Pingo Doce porque a Agência Portuguesa do Ambiente na sua notificação o indica, mas querem referir-se ao edifício que suporta o Pingo Doce uma vez que as descargas são de todo o edifício e não só do Pingo Doce. O

proprietário do edifício prontificou-se imediatamente a corrigir a situação. A ribeira tem sido limpa com regularidade, mas devido à falta de civismo e à falta de urbanidade é difícil que de vez em quando a ribeira não sofra este tipo de situações. Por isso achou pertinente saber o que foi feito ao nível do ambiente e para tal contactou os serviços respetivos do Município. Achava importante divulgar o que tem sido feito e por isso descreveu os principais trabalhos feitos pelos serviços e que têm também sido divulgados na informação que o Sr. Presidente da Câmara dá sobre a atividade do Município. Pensava que todo o Concelho já estava coberto pela rede de saneamento mas verificou que não pois ainda há pequenas localidades que não têm saneamento. O investimento feito na área do ambiente nos últimos quatro anos ultrapassa os 700 mil euros. Considerou que muito se tem feito nesta área, mas que há também muito para fazer, pelo menos tem-se investido, tem-se melhorado e tem-se dado alguma dignidade às populações que até hoje não tinham a rede de saneamento.

O Sr. Presidente da Assembleia informou que fez a queixa referente ao atentado na Ribeira das Hortas à Agência Portuguesa do Ambiente no dia 8 de agosto de 2012 e recebeu a resposta da Sra. Diretora Geral em janeiro a dizer que tinha sido feita uma auditoria à ribeira em dezembro e que estava limpa e tudo muito bem.

Foi de seguida dada a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz que perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual era a situação da Escola Profissional devido à aplicação da nova legislação que gere as Empresas Municipais e ainda neste contexto gostaria que confirmasse ou não a inclusão na Escola de funcionários da Combanima. Em caso afirmativo gostaria de saber quantos e com que funções.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que responderia apenas à primeira questão pois a segunda iria ser respondida primeiro na Câmara Municipal até porque não houve funcionários da Combanima que passaram diretamente para a Escola Profissional. É entendimento de diversas entidades que a Profiacademus se deve manter adaptando os seus Estatutos à nova Legislação. Será necessário fazer uma pequena alteração relativamente à classificação da receita que é obtida através do POPH para cumprir a legislação em vigor. Esse trabalho está a ser feito e possivelmente em abril serão presentes à Assembleia os Estatutos adaptados à nova legislação. Segundo entendimentos da Câmara, da IGF e de alguns juristas não há qualquer perigo de ter que ser extinta à semelhança do que aconteceu com a Combanima.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel que referiu a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara ao Sr. Deputado José Augusto Sousa sobre os bens dados como garantia aquando da escritura de hipoteca elaborada a 15 de fevereiro de 2013 referente a dívidas de IVA do ano de 2009 lamentando que se tenha persistido em não pagar IVA a uma entidade pela qual já havia dúvidas e pela qual já havia escritura de hipoteca. A Câmara contestou mas a situação não está resolvida, é uma opção, pensava que não fosse a melhor. Segundo o seu ponto de vista esta questão não seguiu todos os trâmites que devia ter levado, isto porque pela Lei das Autarquias Locais (Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro) compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime remuneratório da função pública. Essa competência pode ser delegada no Presidente da Câmara como aliás fazia parte da delegação de competências no passado mas que em reunião de Câmara de 18 de novembro de 2012 foram revogadas e o Sr. Presidente da

Câmara a partir dessa data não podia só por si praticar quaisquer atos que implicassem a alienação, aquisição ou oneração de bens imóveis do Município. Assim o Sr. Presidente da Câmara não podia outorgar a escritura celebrada a 15/02/2013 através da qual constituiu hipoteca porque onerou outras propriedades do Município e porque para tal nesta data não tinha os poderes necessários para outorgar, resultando daqui que por Lei tal ato é nulo e de nenhum efeito (al. 2 do Art.º133º do Código do Procedimento Administrativo). Por último há a realçar o comportamento do notário privado que atestou a existência de poderes do Presidente da Câmara quando tinha a obrigação de saber que não era assim. Gostaria que o Sr. Presidente dissesse alguma coisa a este respeito.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este respondeu que o Sr. Deputado estava a confundir praticamente tudo. Primeiro não assumiram nenhuma dívida, é convicção do Executivo que têm razão e tendo razão não voltaram atrás, voltar atrás era assumir o erro e não cometeram qualquer erro. Imagine-se todas as Empresas Municipais do País se as Finanças fossem fazer auditorias e aplicassem IVA sobre as transferências que dizem respeito a subsídios de exploração. Até agora nenhum procedimento de qualquer Empresa Municipal foi considerado procedente por via dos Tribunais Administrativos, tinham a certeza que têm razão. Agora para terem razão tinham que apresentar um bem à hipoteca é verdade que não foi à Câmara, mas o Sr. referiu os limites legais e a hipoteca está dentro dos limites legais. Se achar que se cometeu uma ilegalidade faça o favor de fazer queixa como é hábito nessa bancada e o ato é considerado nulo.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos:
PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do art.º19º do Regimento passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da câmara este disse que queria acrescentar à informação que foi enviada aos Srs. Deputados dois dados mais recentes. Um deles era sobre a Profiacademus que entretanto e porque lhe foi posta a questão já tinha dado a informação. Outra era que hoje de manhã na CCDR em Coimbra decorreu uma conferência de serviços relativa ao Plano de Pormenor da Senhora da Ribeira que tem condições muito específicas porque para além de estar inserido numa zona onde prevalece um Plano Especial de Ordenamento, tem ainda o PROZAG e daí ter havido uma adaptação do PDM. Nessa conferência de serviços todas as entidades presentes deram o seu parecer positivo, alguns com ressalvas e recomendações que vão levar a uma próxima reunião na sexta feira, essa já uma reunião conclusiva relativamente às alterações de pormenor que hoje foram sugeridas. O próximo passo será a discussão pública e depois a presença à Assembleia Municipal. Esperava que na próxima sessão de abril o Plano de Pormenor da Senhora da Ribeira seja aprovado finalmente e seja publicado pela CCDR e que seja possível a partir daí contactar potenciais investidores, que existem para que a Senhora da Ribeira venha a ser o local que todos os Santacombadenses pretendem. Em relação à informação financeira foram enviados os quadros até meio de fevereiro e as contas indicam que o grande esforço que está a ser feito para contenção da despesa está a ter resultados. Informou que nos primeiros três meses deste ano o esforço

financeiro por parte da Câmara será maior por via dos compromissos que existem na Empresa Municipal Combanima que está em processo de extinção. Referiu que a Lei também diz que o processo de extinção pode durar cerca de dois anos até à sua liquidação, isto permite uma certa margem de manobra e eventualmente diluir este esforço ao longo do ano. Disse esperar que nos próximos dias fosse assinado o contrato no âmbito do PAEL e também a aprovação do Plano de Reequilíbrio Financeiro. A seguir será o Tribunal de Contas na aprovação do empréstimo e depois o pagamento das dívidas que constam do Plano.

Pedi a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento. Aquando do último temporal que se verificou por todo o País, no Bairro do Ex-Fundo do Fomento houve dois prédios que ficaram destelhados, foi praticamente há um mês e a situação ainda não foi resolvida, foi-lhe pedido que colocasse a questão porque as pessoas estão a ver as suas casas a deteriorarem-se uma vez que não para de chover. Colocava outra questão do Bairro e falava por ele onde tem uma habitação e é onerado com taxas muito mais elevadas que noutros sítios, o que acontece é que ou há algum desinteresse ou acham que por ser um Bairro Social não merece o mesmo tratamento. As zonas envolventes contrastam fortemente com as zonas centrais onde os moradores se preocupam em ter os jardins devidamente arranjados dando um ar airoso àquele espaço o que contrasta com o espaço envolvente onde a Câmara deveria ter a responsabilidade de periodicamente arranjar e cortar as ervas. Em relação à atividade financeira e onde é referido o PAEL questionava o seguinte: o Sr. Presidente em relação à hipoteca sobre a Combanima disse que foi dado como garantia um bem, quando eles sabiam que foram dados três bens, além daquele, um prédio urbano na freguesia do Vimieiro e outro sitio na freguesia de Óvoa. Ele tinha a escritura e podia disponibilizá-la. Não punham em causa a hipoteca, punha em causa o caso destes bens que estavam na situação de serem postos à venda para suportarem o PAEL e se foram executados não punham em risco a aplicação do próprio PAEL?

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que em relação a esta última questão disse ser sua convicção que o caso de se colocarem os bens como hipoteca era apenas uma formalidade porque isso não irá acontecer. Por outro lado e por uma questão de cuidado os bens que foram indicados têm um período de venda para daqui a alguns anos, não é já de imediato. O Plano de Ajustamento tem o seu grande esforço nos primeiros cinco anos e estava convencido que se nos primeiros cinco anos não se for capaz de fazer o ajustamento, ele nunca será conseguido, esta é a realidade. Se se conseguir fazer estava também convencido que não seria preciso vender mais do que se terá vendido até ao quinto ano. Em relação às zonas envolventes ao Bairro admitia que tenha havido algo por parte dos serviços, irá estar mais atento e exigir que os serviços passem mais vezes por ali e façam também o seu arranjo na parte exterior, agradecia esta chamada de atenção. Em relação ao mau tempo a Câmara fez um levantamento dos estragos causados pelo temporal no concelho, mesmo antes do pedido da ANMP, chegou-se a um valor de 600 mil euros. Este levantamento já foi entregue, tinha consciência que há pessoas que estão a ser prejudicadas pelo facto de não terem sido ainda substituídas as telhas e é disso que se trata, mas estavam à espera que houvesse algum contacto, se as entidades querem observar localmente. Atendendo a que ainda irá chover bastante a

Câmara irá arranjar uma solução transitória que permita que as pessoas não tenham infiltrações nas suas casas. Irá tentar resolver provisoriamente a situação esta semana.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013 DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES/CONHECIMENTO.

Não houve pedidos de intervenção.

Passou-se para o ponto dois ponto três: ANMP= PROPOSTA DE LEI 122/XII- REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS= RESOLUÇÃO DO CONSELHO GERAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES=PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE REJEIÇÃO INEQUIVOCA DA PROPOSTA DE LEI DAS FINANÇAS LOCAIS =APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Pediu a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que disse ter havido muitas críticas à política económica do anterior Governo considerando-a desastrosa. O que dizer da política económica deste Governo e do Sr. Ministro das Finanças com 1,44 milhões de desempregados, com 40% de jovens até aos 24 anos desempregados, com cortes na saúde, no ensino, na área social e nas Autarquias não sendo por isso atingidas as metas económicas e financeiras previstas e que novamente falharam. A aversez fiscal deste Governo é tanta que na campanha de angariação de fundos a favor do malogrado forçado Nuno Carvalho que rondou os 100 mil euros, o fisco cobrou mais de 20 mil euros. Inacreditável, ultrapassa toda a equidade fiscal e toda a razoabilidade na solidariedade tão característica dos Portugueses com os mais desprotegidos e necessitados. Perante isto apoiavam a posição da Câmara Municipal e da sua vereação na rejeição inequívoca da Proposta de Lei n.º122/XII convidando a bancada do PPD/PSD a tomar igual posição política face à referida Proposta de Lei pois as Autarquias Locais são as entidades mais próximas das pessoas e dos cidadãos.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que disse que o Grupo Parlamentar do PPD/PSD, não a convite do Partido Socialista, mas simplesmente porque o entende está obviamente solidário com a posição da ANMP quanto à Proposta de Lei das Finanças Locais no sentido de a rejeitar.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo a Proposta de Deliberação de Rejeição Inequívoca da Proposta de Lei das Finanças Locais aprovada por unanimidade. Esteve ausente da votação o Sr. Deputado José Augusto Sousa.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO- 6º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO- 31 DE DEZEMBRO DE 2012.= APRECIAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por dizer que pensava que seria o último relatório do Plano de Saneamento Financeiro uma vez que vai ser substituído pelo Plano de Reequilíbrio Financeiro. O Relatório dá uma ideia mais precisa da forma como a Câmara tem vindo a evoluir naquilo que constitui o seu grande objetivo que é adequar a despesa às receitas que tem. Na verdade o ano de 2012, embora com o apoio da utilização das verbas do Fundo de Regularização Municipal e dos reembolsos do QREN, permitiu que houvesse uma redução substancial da dívida de um ano para o outro, permitindo que a situação da Câmara tivesse melhorado. Não melhorou mais porque se pagou o empréstimo de curto prazo que pela nova legislação tem agora um prazo para pagamento de 365 dias. Apesar disso a despesa ainda

baixou 1,8% e se não fosse este pagamento teríamos uma redução de despesa a rondar os 7,2% o que revela bem o esforço que tem sido feito a este nível. Aguarda-se a aprovação do Plano de Reequilíbrio Financeiro para o implementar, não será mais do que dar continuidade ao trabalho que tem sido feito até agora e depois disso apresentar-se-ão relatórios de execução trimestrais, pois serão auditados de três em três meses pela Inspeção Geral de Finanças. Referiu depois as variações que houve nas várias rubricas conforme o apresentado na documentação distribuída aos Srs. Deputados. Fazendo uma análise simplista pode dizer-se que a despesa primária da Câmara se situa nos 5 milhões de euros ano e a receita normal da Câmara é de cerca de 5 milhões e meio de euros. É um dado novo e uma esperança para que as metas a atingir pelo Plano de Reequilíbrio Financeiro possam ser cumpridas e até antecipadas. Se os dados orçamentais vierem a ter a evolução que se espera nos próximos dois anos, é possível antecipar o prazo dos tais cinco anos para um ou dois anos antes. Por outro lado um novo conceito de intervenção municipal nos respetivos concelhos vai levar a que a concentração de investimento será feita em coisas mais pequenas e de proximidade que dizem muito e diretamente à vida das pessoas e por esse lado e por esse caminho será possível rentabilizar mais os poucos recursos que a Câmara liberta. Há também o esforço em não aumentar o quadro de pessoal. A situação financeira vai melhorando. Depois do Reequilíbrio Financeiro e do PAEL aprovados a Câmara libertar-se-á de mais de 500 mil euros de juros que paga atualmente.

Não houve pedidos de intervenção.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Não houve qualquer pedido de intervenção.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença e participação de todos dando pelas quinze horas e cinquenta e cinco minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.